

Ata da Quarta Reunião Extraor-
dinária, de Primeira Reunião de
distrito, de ano de mil e novecentos
e oitenta e três (1983)

On dez e nove horas, quinze minutos de dia vinte e
nove de março, do ano de mil e novecentos e oitenta e três (1983), sob a presidência de Jor-
dão Renato Lima de Souza e, com a ocupação da primeira e da segunda secretarias pelas
Senhoras Orlaine Vata Evarela, e Suci Silva da Rocha respectivamente, reuniram-se em
monitamento, digo, reunião extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Itua. Olem
dennem, interrompida a chamada nominal, os seguintes Vereadores: O Sr. Celso Mathias da Sou-
za Corêia, Antônio Carlos de Carvalho Almeida, Quintino Acopi de Oliveira, Gines Bezerra de Si-
gueneta, Orleneides Ferreira de Souza, Ezequielino Tobias Neves, Manoel José de Almeida, Carlos
Sandeiro Rocha, Silvio dos Santos Diqueira, Virgílio Corêia de Souza, Walter de Brito Ten-
na. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a
reunião monitad. Não havendo ata confeccionada para ser lida, nem expediente, fizeo com
pladones inscritos, o Senhor Presidente, de imediato manipulou os trabalhos a ordem do
Dia. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias: Foi aprovada o Projeto de Lei nº
428/82, contendo Mensagem Executiva nº 405/82, Projeto de Lei nº 429/82, contendo Mensagem Executiva nº
406/82, Projeto de Lei nº 439/82, contendo Mensagem Executiva nº 409/82, Projeto de Lei
nº 440/82, contendo Mensagem Executiva nº 410/82, Projeto de Lei nº 002/83, contendo Men-
sagem Executiva nº 412/82, Projeto de Lei nº 003/83, contendo Mensagem Executiva nº
414/82, Projeto de Lei nº 004/83, contendo Mensagem Executiva nº 415/82, Projeto de Lei
nº 005/82, contendo Mensagem Executiva nº 416/82, Projeto de Lei nº 09/83, contendo
Mensagem Executiva nº 04/83, Projeto de Lei nº 10/83, contendo Mensagem Execu-
tiva nº 05/83, Projeto de Lei nº 11/83, contendo Mensagem Executiva nº 06/83, Projeto de
Lei nº 12/83, contendo Mensagem Executiva nº 07/83, Projeto de Lei nº 13/83, contendo Men-
sagem Executiva nº 08/83, Projeto de Lei nº 14/83, contendo Mensagem Executiva nº 09/83,
Projeto de Lei nº 15/83, contendo Mensagem Executiva nº 10/83, Projeto de Lei nº 16/83, con-
tendo Mensagem Executiva nº 11/83, Projeto de Lei nº 17/83, contendo Mensagem Execu-
tiva nº 12/83, Projeto de Lei nº 20/83, contendo Mensagem Executiva nº 15/83, Projeto de
Lei nº 24/83, contendo Mensagem Executiva nº 020/83, Projeto de Lei nº 030/83, contendo
Mensagem Executiva nº 027/83. Terminada a Ordem do Dia, franqueada a palavra

para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, fiz uma da mesma o Vereador WALTER DE BESSA TEIXEIRA, que iniciando, falou que a humanidade está em vésperas de uma renovação em que independente da vontade do homem, ele, de acordo com suas concepções religiosas, não tem obrigação de fazer o seu pronunciamento, também uma reflexão sobre a SEMANA SANTA. Referiu um dos maiores sacrifícios sofridos por um homem, dando a humanidade a sua própria vida, porque o seu amor havia ultrapassado a toda e qualquer medida de grandeza. Dirigindo-se ao Presidente, disse sobre que um derramamento de sangue não trará liberdade, e que qualquer movimento político e social registrado na história da humanidade, desde a vida do povo hebreu do antigo Egípcio até a passagem pelas montanhas onde haviam grandes povos, até o nascimento de Jesus Cristo, a história conta que qualquer libertação só era conseguida com o derramamento de sangue. Disse que a própria independência do Brasil, aconteceu em Minas Gerais, o sacrifício de muitos brasileiros, em nome da liberdade tão desejada. Disse que ficaria durante muito tempo a desfilar cenas de homens, mulheres que se sacrificaram pela morte de uma causa de liberdade em todo o mundo, e que naquela noite, em que foram defendidos tantas vezes, quando foram apressados através da criatividade de cada vencedor, tantas matérias de interesse da população, era primordial, que independente de qualquer credo religioso, muito mais fosse realizado em favor dos menos favorecidos, para uma melhor compreensão dos problemas vividos pela comunidade. Falou que o sacrifício de Jesus Cristo, o seu sofrimento, era para mostrar a humanidade a sua pequenez, a fragilidade de ser humano, criado a imagem e semelhança de Deus. Continuando disse que a proximidade da Semana Santa, propiciava para que naquela noite, sua fala fosse tão diferente de tantas outras que fizera da mesma natureza, pois aquela noite era uma noite especial, em que era patente um chamado a reconciliação interior, e que em realidade de cada um deveria priorizar o comportamento político e familiar principalmente no seu conteúdo religioso. Disse que a Bíblia significava a invocação de alguém, e bradar em benefício do próximo, e que o conceito do sacrifício muitas vezes se tornava um fato novo, pela brutalidade do homem. Reafirmou que naquela noite em que era vivido o aniversário da Páscoa, festa de Jesus Cristo, também, a sua Ressurreição, era um chamado para a reconciliação entre os homens. Invocando a Salvação, disse que o mesmo no momento da dor, mesmo no momento da aflição, do sacrifício, no momento em que ao lado do filho de Deus, estavam dois salteadores, no momento exato da dor, da agonia, Jesus pregou. Ser muito triste a todos os Vereadores, pois que durante a "Semana Santa" comemoramos a Igreja Católica, para ouvir as palavras de um Ilustre Colofone, o Bispo Ovídio da Silva, através de uma mensagem de fé, de esperança e caridade. Finalizando, disse esperar que

após o encerramento da Semana Santa, os Vereadores voltaram de mãos dadas, com o intuito de que não fariam uma boa Páscoa, procurando e pedindo para o seu representante. Em seguida, fez um discurso a favor do Vereador GERALDINO FARIAS NEVES, que de início, falou que após ouvir a fala do Vereador WALDIR DE BENEZES CEIXEIRA, quando que ficaram um argumento para falar a favor que se sentia obrigado a fugir das palavras do mencionado Vereador, porque a sua intenção não era a de fazer nenhum mal nem, sobre assuntos pertinentes a sua função pública, isto porque, ouvintes do Rádio Cabo Frio, constantemente o procuravam para reclamar de diversos problemas que ocorriam na Comunidade. Argumentou que suas críticas não dirigidas a um Governo que instalado há apenas dois meses, encontrara o que fora realizado na Administração do então Prefeito Jeni Bonifácio Ferreira Nogueira. Refutou as acusações do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Renato Vinna de Saes, de que estava doprimido, afirmando de que, como Vereador estava fiscalizando constantemente. Exemplificou dizendo que, após denúncias pronunciadas nesta Casa Legislativa, por seu intermédio, muitas mudanças foram feitas no Posto de Saúde do Armaial do Cabo e que, inclusive o Secretário Municipal de Saúde afirmou que, não fora o seu pronunciamento tudo continuaria como antes. Elogiou o comportamento do Vereador do Partido do Trabalho Democrático Vinícius, Octávio Raja Gabaquea que denunciara a mudança de uma Praça em Búzios, concluindo que aquela era a missão do Vereador, fiscalizar, para melhorar a respeito da população. Continuando, comentou que, o Chefe da Fiscalização do Armaial do Cabo, quando da posse do Governo Municipal, ou seja, a ausência do Poder, me julgou a Rua Bartim Afonso, permitindo que, um cidadão usasse mais de um metro, da mesma antena, compartilhando as linhas municipais. falou que tinha certeza de que o Senhor Prefeito Municipal, não temia conhecimento de sua denúncia, te mesmo as devidas providências. falou ainda que, as calçadas do Armaial do Cabo estão sendo usadas indiscriminadamente pelo comércio, nem que a Prefeitura Municipal tome as medidas necessárias. Relatou um acidente ocorrido com uma criança, atropelamento, porque ao estar brincando colocadas sobre o passeio público foi colhida por um veículo, e que exigiu da Administração Municipal, o cumprimento do código de Posturas em vigor. Denunciou ainda sobre diversos fogos de artifício que são usados indiscriminadamente, inclusive para entencionamento de crianças. Considerou um verdadeiro absurdo os fatos ocorridos em Armaial do Cabo quando o trânsito não é impedido de transitar tranquilamente pelas calçadas, logo de manhã para uma expiação da comunidade. Finalizando, disse que deveria ser obrigação do Senhor Vereador desta Casa Legislativa, levar ao conhecimento do Senhor Prefeito Municipal as suas denúncias, e se desculpando, afirmou que aquela atitude de um representante do Armaial

Logo, nada mais importante do que estar me preocupando com votos logo após, fiz uso do povoava o Senador ANTONIO CARLOS DE CARVALHO TRINDADE, iniciou dizendo que queria imponentes acrescentar mais alguma coisa a respeito da Semana Santa, dado o bilhetimio, eloquência do Senador Walter de Brito Teixeira, que uiroua sobre aquele momento religioso, agradecendo em nome da Banca do Partido Democrático Social. Disse que, como sempre, o Senador Amílcaro Acioli de Oliveira, na falta de maiores argumentos para criticar a Banca do Partido Democrático Social, em suas imitações, lembroua um incêndio ocorrido na Administração do Prefeito Antônio de Macedo Castro e que ali gito de terminado Sitor da Prefeitura Municipal por volta do ano de mil, novecentos, no tenta, cinco (1975), e que acusava a ele, de parte an do mesmo Governo. Reperiu francamente a acusação do Senador Amílcaro Acioli de Oliveira, afirmando que o mesmo de uenia no dia de aménio ou enfermidade porocida, isto porque, participara do Governo de Antônio de Macedo Castro apenas no seu início pelo cunto espaço de noventa dias, e que se desligara do seu cargo como Chefe de Gabinete, até com uma certa satisfação, não renunciando ao cargo de Vice Presidente, digo, cargo de Vice Prefeito, por não ser seu hábito renunciar a mandatos outorgados pelo vontade popular. Constatou e seu argumento dizendo que a época do referido incêndio já não participava do Governo de Antônio de Macedo Castro. Discorreu sobre a obra que está sendo feita na Lagoa de Anjoatama, no comando do Sr. Sotelon, que teve a sua licença concedida através de funcionário da Prefeitura Municipal no intuito do Prefeito Municipal, Senhor Olair Francisco Costa, obra esta, que agude frontalmente o Código de Obras da Municipalidade. Afirmando ainda, que o plano de a referida obra, de propriedade do Bamerindub, tramitou normalmente no Governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de José Bonifácio Teixeira Novellino e que a licença fora concedida também no Governo Permeleirina de Olair Francisco Costa, por iniciativa de um senador, sem autorização e competência para expedir documentos tão importante. Falando em nome da Banca do Partido Democrático Social, disse que espuro va por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal, o imediato embargo da referida obra conclamando também a nobreza do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para que se abstinam em defesa do mais alto interesse de dignidade do termo cabofruinza, e que após o embargo foram devidamente apurados a questão da concessão indevida da licença de obra para o Bamerindub. Citou também um texto, ex diversos aspectos técnicos inseridos no Código de Obras da Prefeitura Municipal, que nem afrontados pela obra em discussão. Continuando, abordou o problema da Companhia Salmes Verinas, que conta ma com o seu prédio fechada, impedindo o acesso a Praça do Sudoeste, enquanto depl-

to milhão de metros quadrados continuam em poder da referida Empresa, sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo Poder Público Municipal, visto que a finalidade do aforamento não estava sendo cumprida. Renunciando, assim, que a única vereador que levantara sua voz contra o aforamento de áreas da Prefeitura Municipal a tempo inteiro Salomon Benymon, fora a época, o vereador Amândeo Costa, mais conhecido como Maninho Costa, para o que naquele tempo, nos idos de mil e novecentos, já era considerado uma aberração. Sabou que o Partido Democrático Social, no momento do discurso da Municipalidade estava iniciando através de advogado, providências no sentido de que o processo movido, através de Intendente Proibitório, pela própria Câmara Municipal tivesse continuidade, em que pese o referido processo não estar ainda finalizado, ou seja, estava desaparecido. Sabou ainda, que aquele processo, iniciado pela Câmara Municipal em mil e novecentos e setenta e seis (1976), nunca não estiver, e ainda, merecia toda atenção dos Senhores, tal a responsabilidade assumida pelos mesmos em defesa dos interesses do povo cabofrense. Ao ser alertado pela presença de que o seu tempo estava por dois minutos, respectivamente se dirigiu ao Senhor Presidente, dizendo parecer que o Partido Democrático Social, tinha menos tempo do que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, isto porque em outra ocasião o vereador Octavio Occhi de Oliveira falara vinte e três minutos, no mês de dez, estabelecidos pelo Regimento Interno do Casa Legislativa, tendo, acalando a Mesa Executiva, disse que falava apenas o tempo que lhe restava, dois minutos, abordando o assunto das dunas, solicitando que fossem decretados para aquela região Guardas Municipais, com o objetivo de impedir a exploração predatória e clandestina daquelas áreas, e ainda, que fossem colocadas guardas na Zona doada pelo vereador Octavio Raja Gagoia a Prefeitura Municipal de São João, que assim procedendo, a Prefeitura Municipal põria um fim ao abuso de áreas, ao invés de não no Município. Observou a Comissão de Constituição, Justiça desta Casa Legislativa, a cujos integrantes, manifestando, digo manifestava o seu apoio e interesse, que os processos para alienação de terrenos, estavam sendo mal encaminhados, visto que ao analisar diversos processos, como membro da Comissão de Redação Final, constatava, que médicos, industriais e até cidadãos estrangeiros estavam sendo beneficiados, adquirindo terrenos por quantias inusitadas, sob a alegação de que já possuíam o prédio, ou benfeitorias. Sabou que era obrigação dos Senhores Senhores estarem juntos ao Senhor Prefeito Municipal no momento para discussões de alienação, para que os processos continuassem a ter a mesma orientação, para com a ocupação de terrenos vazios, problematizar construção e depois, a aquisição por preço reduzido a Prefeitura Municipal.

que se levantam esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, apru-
do, sua Maximada, para que produza os seus efeitos legais.

Ata da Décima Primeira Reunião Or-
dinária, do Primeiro Período Ordinário
do ano de mil e novecentos e trinta
e três (1933)

As dez e seis horas, trinta minutos do dia treze
de abril, do ano de mil e novecentos e trinta e três (1933), sob a presidência do
Senhor Mauro Jobi de Azevedo, Vice Presidente, e com a ocupação da primeira
cadeira pelo Senador Octavio Raja Cabral e, da segunda pelo Senador Ayr Silva
Rocha, reuniram-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São. Além disso,
responderam a chamada nominal, os seguintes Senadores: Ana Rita de Almeida
Santos Correia, Antonio Carlos de Carvalho Trindade, Aristarco Acopi de Oliveira,
Otonio de Sousa de Aguiar, Alcmeides Ferreira de Sousa, Geraldo Gomes Neves, Manoel
Condeiro Thomaz, Silvia dos Santos Diqueira, Virginia Correia de Sousa e Walter de
Barra Teixeira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, em nome de
Deus, declarou aberta a presente reunião. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da
Décima Reunião Ordinária, realizado no dia mil, logo após, o Senhor Presidente
determinou o seguinte: O Senhor Presidente, que comprou do seguinte Projeto de Lei
nº 44/83, contendo Mensagem Executiva nº 40/83, autorizando ao Senhor Prefeito
Municipal a alienar em licitação uma área de terras de interesses de São
Cristóvão. Projeto de Lei nº 45/83, contendo Mensagem Executiva nº 43/83, auto-
rizando ao Senhor Prefeito Municipal a alienar em licitação uma área de terras de
interesses de São Cristóvão. Resolução nº 6/83, de autoria do Senador Ari-
starco Acopi de Oliveira, que seja enviada Mensagem de Congratulação ao Substituto
Senhor Jayme Redden Netto, Secretário de Meio Ambiente e Agricultura do